

—☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os principais e mais utilizados critérios que a Companhia adota para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (f) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

(a) Hedge de fluxo de caixa: A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado. Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

(b) Operações de NDF/swaps de moedas e forwards e opções - swaps de commodities: Os valores nominais em aberto de operações de *forward* e *swap* de moedas não são registrados no balanço patrimonial, porém as perdas e ganhos líquidos não realizados dessas operações, apurados com base no valor de mercado, são reconhecidos, em atendimento ao regime de competência de exercícios, na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" com contrapartida ao resultado financeiro, operacional ou no resultado abrangente, dependendo da classificação de *hedge* destas operações.

(c) Cédula do Produtor Rural: A Cédula do Produtor Rural (CPR) é um título representativo de uma obrigação com promessa de entrega de produtos rurais, regulada pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. Trata-se de título cambial semelhante, negociável no mercado e que permite ao produtor rural ou suas cooperativas obterem recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento. Seu tratamento contábil é similar ao de duplicatas a receber de clientes.

2.6 Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). As contas a receber são descontadas de juros por meio da avaliação do valor presente, calculado com base em uma taxa referencial de juros, que segue a tendência do indicador SELIC, e que se aproxima de forma realista das diversas taxas das vendas a prazo aplicadas por cada uma das divisões da Companhia. Essa taxa em 31 de dezembro de 2016 correspondia a aproximadamente, 13,65% a.a. (31 de dezembro de 2015 - 14,25% a.a.). As contas a receber de clientes vinculados com certificados do produtor rural (Cédulas do Produtor Rural (CPRs) são apresentadas aos valores de mercado de cada produto agrícola. Os produtos agrícolas que se encontram vinculados com contratos de venda futuro ou com contratos de mercado futuro ou de opções são registrados pelo seu valor de realização pelo seu valor de mercado, respectivamente.

2.7 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade (Nota 14).

2.9 Investimentos em controladas

(a) Custo e/ou valor patrimonial: Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente *impairment* do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades.

(b) Ágio/deságio: O ágio ou deságio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado em: mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos e rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra, ambos registrados em Investimentos. A parcela fundamentada na mais-valia de ativos e passivos é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos na empresa adquirida são realizados. A parcela fundamentada em expectativas de resultado futuro foi amortizada, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. Após aquela data, este ágio não sofre amortização e está sujeito a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.14. O deságio, sem fundamentação econômica, é amortizado somente quando da alienação do investimento.

(c) Participação em entidades controladas, não consolidadas: A extensão da natureza das entidades controladas e não consolidadas, bem como os riscos atrelados aos negócios nestes casos estão devidamente apresentados em nota explicativa (Nota 9).

2.10 Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos
12 - 30
05 - 20
05 - 12
03 - 10
10 - 12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Softwares: As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O *software* pode ser usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados somente nos casos onde os mesmos tenham trabalhado integralmente no desenvolvimento. Mão de obra referente administração, treinamentos, entre outros elementos que compõe o projeto de desenvolvimento de um *software*, não são capitalizados. Critério similar é adotado para custos relacionados aos prestadores de serviços (consultores), onde somente os gastos de honorários aplicáveis ao desenvolvimento técnico serão tratados como custos de capitalização do *software*.

Os gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(b) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de três a dez anos.

2.12 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão

resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões: As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quanto houver montantes a pagar, ou no ativo, quanto os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia oferece a seus empregados, tanto planos de benefício definido como de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais ou complementares para o caso onde o fundo não tenha ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios já contribuídos com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependentes diversos fatores como idade, tempo de serviço e remuneração. O plano de benefício definido foi oferecido aos colaboradores até junho de 2004 sendo hoje, portanto, um plano fechado (sem novos participantes). O ativo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação (*Defined Benefit Obligation* (DBO)) na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Assistência médica pós-aposentadoria: A Companhia oferece a seus funcionários o benefício de plano de saúde pós-aposentadoria até 31 de dezembro de 1998. O benefício é concedido quando (i) o funcionário possua mais de 55 anos de idade e (ii) tenha cumprido com um período de no mínimo dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante a dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados. Atualmente o plano se caracteriza como um plano fechado, isto é, sem novos participantes desde dezembro de 1998.

(c) Participação nos lucros e bônus: Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita:

- Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras.
- A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras.
- A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera que sejam quitadas.

2.18 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos: A Companhia fabrica e vende uma variedade de produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente ou distribuidor, o qual, neste caso, passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo distribuidor. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o distribuidor; (iii) o distribuidor ou cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a

continua—☆

→☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções.

(b) Vendas de serviços: A receita serviços prestados é reconhecida mediante a emissão do documento de faturamento seguindo o princípio da competência.

(c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a um contas à receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas à receber.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Ressalta-se em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos no resultado o valor referente aos juros sobre capital próprio.

2.20 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Impairment - Contas a receber de clientes: A companhia avalia sua carteira de clientes anualmente, criando novos percentuais os quais serão aplicados no fechamento do 3º trimestre. A avaliação está composta sobre os valores que estão em processo judicial, renovação de títulos e títulos vencidos.

(c) Reconhecimento de receitas: A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

2.21 Reapresentações de cifras comparativas: Durante o exercício de 2016, a Companhia reavaliou determinadas alocações de algumas despesas operacionais, financeiras, receitas e custos, tendo em vista a natureza das operações. Para fins de comparação, as demonstrações de resultado 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentadas para refletir tais ajustes conforme abaixo descritos:

	2015		
	(Repre-	Reclasi-	2015
	sentado)	ficações	(Original)
Receita com vendas e serviços (Nota 19)	9.671.213	49.441	9.621.772
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.707.503)	242.010	(5.949.513)
Lucro bruto	3.963.710	291.451	3.672.259
Despesas Operacionais (Nota 25)			
Com vendas (Nota 20)	(1.837.616)	-	(1.837.616)
Gerais e administrativas	(960.832)	(243.124)	(717.708)
Outras despesas operacionais, líquidas	(72.976)	1.114	(74.090)
Despesas Operacionais	(2.871.424)	(242.010)	(2.629.414)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.092.286	49.441	1.042.845
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9 (c9))	(5.157)	-	(5.157)
Resultado financeiro (Nota 21)			
Despesas financeiras	(1.161.124)	(49.441)	(1.111.683)
Receitas financeiras	950.140	-	950.140

	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	876.145	- 876.145
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7(c))	(578.000)	(578.000)
Diferidos	337.951	337.951
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	636.096	636.096

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016.

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Companhia ainda avaliará os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia ainda avaliará os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto

prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia opera com arrendamento mercantil conforme descrito na Nota 28 (b), a Companhia tem R\$ 8.634 de compromissos com arrendamento mercantil financeiro. No entanto a companhia já reconhece nos seus ativos e passivos os pagamentos.

3. Caixa e equivalente de caixa: São representados por recursos bancários e caixas e aplicações financeiras como seguem:

	2016	2015
Recursos em bancos e em caixa	107.102	27.431
Aplicações financeiras (*)	12.241	66.664
	119.343	94.095

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), operações com lastro em Letras de Créditos do Agronegócio (LCA) ou lastro em debêntures (Compromissadas), sempre com liquidez imediata e realizadas junto a bancos de primeira linha. Essas aplicações financeiras têm remuneração em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber:

	2016	2015
No País	8.218.976	8.295.462
No exterior	164	566
De sociedades ligadas (Nota 8)	97.033	86.169
Contas a receber vinculados com Cédula de Produtores Rurais - CPR (Nota 23.2)	547.891	464.717
Ajuste Valor Presente (AVP)	(388.043)	(498.630)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(714.208)	(312.831)
	7.761.813	8.035.453
	(7.380.341)	(8.003.788)
	381.472	31.665

A Companhia efetuou o registro dos impactos de valor presente dos ativos de contas a receber de clientes de longo prazo e curto prazo quando significativos. O ajuste foi aplicado para a divisão BCS, que detém o maior volume de contas a receber e prazo de vencimento com data superior 45 dias. **(a) Qualidade dos créditos:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros é elaborada a partir de classificação interna realizada pela administração, conforme segue:

	2016	2015
Contrapartes com classificação de crédito		
A01 - Risco Baixo	2.461.807	3.967.010
A02 - Risco Médio	2.561.152	2.046.408
A03 - Risco Alto	2.040.291	1.556.055
Total	7.063.250	7.569.473
Total das contrapartes sem classificação de crédito (*)	698.563	465.980
Total	7.761.813	8.035.453

(*) Refere-se aos saldos de contas a receber das unidades de negócio BHC para o exercício de 2015.

(b) Aging list clientes: A administração analise sua carteira de clientes pelo aging list, a partir de sua classificação interna de dias:

Posição	2016	2015
A vencer	7.583.605	7.857.414
60 dias	127.806	106.987
61 a 90 dias	176.551	349.872
91 a 120 dias	31.899	122.991
121 a 180 dias	118.644	46.107
Acima 180 dias	825.559	363.033
Total	8.864.064	8.846.404

(c) Impairment: Em 31 de dezembro de 2016, no contas a receber de clientes há valores no montante de R\$ 111.351 (2015 - R\$ 50.202) que se encontram vencidos a mais de 180 dias, mas não *impaired*. De acordo com as estimativas da administração, essa parcela das contas a receber vencidas será recuperada. O cálculo de *impairment* é feito aplicando-se a política interna de avaliação de títulos de recebimento duvidosos. O mesmo possui uma metodologia simplificada para duas divisões (Pharmaceuticals e Consumer Health) e um modelo baseado em fluxo de caixa descontado para a divisão Crop Science. No caso da metodologia simplificada, títulos vencidos acima de 180 dias cuja recuperabilidade é questionável, são provisionados integralmente. O provisionamento é feito de maneira individual por cliente e título. Para o ano de 2016, em função de alterações no cenário econômico e principalmente, em função da mudança do modelo de gestão de recebíveis de clientes na divisão Crop Science, a companhia passou a adotar um novo procedimento para cálculo de *impairment* de contas a receber de clientes. Basicamente, a carteira é classificada por vencimento em títulos a receber não vencidos, vencidos até 120, entre 121 e 240, 241 até 360 e acima de 360 dias. Com base no índice de ineficiência de cobrança (*default ratio*) do exercício anterior (relação de vendas não recebidas *versus* total das vendas), define-se um percentual de provisionamento por classificação de títulos vencidos. Ademais, na mesma lógica de *default ratio* acima descrita, títulos a receber em cobrança jurídica ou cuja dívida tenha sido renegociada, recebem um percentual e provisionamento específico (80% a 18%, respectivamente).

	2016	2015
Total de itens vencidos > 180 dias	825.559	363.033
Total <i>impaired</i>	(714.208)	(312.831)
Total não <i>impaired</i>	111.351	50.202

5. Estoques:

	2016	2015
Produtos acabados e mercadorias de revenda	1.099.054	849.083
Matérias-primas	419.505	405.970
Importações em trânsito	285.772	340.822
Materiais diversos	29.944	41.172
Produtos semielaborados	8.721	11.164

(-) Provisão para perdas na realização dos estoques

	2016	2015
	(112.946)	(77.533)
	1.730.050	1.570.678

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R\$ 5.236.565 (2015 - R\$ 5.707.503).

6. Tributos a recuperar:

	2016	2015
ICMS - operações normais (*)	77.987	153.157
IR e CS a compensar	150.909	145.127
Créditos Tributários (**)	18.911	-
IPi a Recuperar	322	4.225
IRRF - ganhos financeiros	3.308	-
Impostos de Importação a Recuperar	2.898	2.524
PIS e COFINS - Retidos na Fonte	553	278
CS retida na fonte - serviços prestados	237	-
	255.125	305.311

Circulante 233.335 285.540
Não Circulante 21.790 19.771

(*) Com a operação de cisão parcial da unidade de negócio Material Science em Julho/2015 o saldo credor do ICMS o qual obtinha grande relevância no grupo sofreu considerável redução. Em conjunto a isso a companhia também realizou a abertura de quatro novas entidades legais da divisão Crop Science nos estados da Bahia e Minas Gerais que resultaram em aumento nos recolhimentos do ICMS em decorrência das vendas e demais movimentações fiscais. (**) Recuperação de Crédito Extemporâneo de PIS e COFINS

(a) Saldos e transações:

	Bayer Crop-Science Monheim A.G. - Alemanha	Bayer - Colômbia	KVP Pharma - Alemanha	Bayer Schering Crop- do Brasil Ind Quim LP	Bayer Bayer NV	Bayer Crop-Science Inc. Alemanha	Bayer Animal Health Bayer México	Bayer Business Services GmbH	Bayer Venezuéla	Bayer S.A. - Costa Rica	Bayer S.A. - Argentina	Bayer Medical Care B.V.	Bayer Bayer Oy	Bayer Consumer Care - Suíça	Bayer Healthcare LLC	Bayer Healthcare - AG	Outros	Total	2016	2015		
Ativo circulante																						
Contas a receber (Nota 4)	24.541	945		1.041	4.332		924	2.683	5.726	1.067	966	2.517		109	143	862	44.080	7.097	97.033	86.168		
Passivo circulante																						
Fornecedores	288.202	4	17.391	27.451	114.698		1.007	79	5.858		250	2.155	9.113	33.652	33.264	504	113.407	1.088	648.123	954.300		
Passivo não circulante																						
Empréstimo (*)																				3.215.036	342.152	2.774.048
Transações																						
Compras de matéria-prima	3.335.082		39.005				2.941	1.027			169.292	6.693	61.457	188.938	3.885	463.295	25.740	4.297.355	4.447.639			
Receita de vendas de produtos e serviços	47.651	1.867		4.398			2.240	4.754	8.216	87	3.677	1.854	126			237.259	5.393	317.522				
Despesas de vendas - comissões																						
Despesas financeiras	39.330	70		896			70	281	754	6	62	1.792	164	336	4.113	350	10.065	1.500	59.789	511.324		
Receitas financeiras	(129.580)	(25)	(5.371)	(2.433)			(245)	(195)	(2.091)	182	(119)	(1.944)	(218)	(3.077)	(8.703)	(752)	(29.152)	(119.895)	(581.201)	(123.488)		

(*) Com o objetivo de financiar e expandir suas operações, a Companhia contraiu empréstimos com sociedade ligada no valor de R\$ 6.331.236 (2015 - R\$ 5.495.528). O valor devido está corrigido por juros fixos definidos pela sociedade parceira cedente.

continua →☆

—☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração incluiu os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, referente a salários e encargos, participação nos lucros e reembolso de despesas totaliza R\$ 3.581 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 3.282).

9. Investimentos:

(a) Eventos societários: (i) Cisão do segmento de negócio - Material Science: Em 30 de junho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária da Bayer S.A. aprovou a cisão parcial da sua unidade de negócio de materiais inovadores, Bayer MaterialScience. O acervo líquido da cindida foi avaliado de acordo com as práticas contábeis adequadas e foi mensurado no montante de R\$ 1.809 de acordo com o protocolo de justificativa da incorporação, datado de 30 de junho de 2015. Abaixo segue o acervo líquido contábil utilizado para fins de incorporação

Ativo circulante

Caixa	1.307
Clientes	24.977
Contas a receber	34.965
Estoque	114.662

Ativo não circulante

Imobilizado	1.255
	<u>177.166</u>

Passivo circulante

Fornecedores	15.687
Contas a pagar	149.269
Impostos e Contribuições	162
Outras Provisões	4.953

Passivo não circulante

Imposto de renda diferido	2.719
Outras Provisões	1.681

Patrimônio líquido

Capital social	2.100
Ajuste Avaliação Patrimonial	(291)
	<u>1.809</u>
	<u>(886)</u>
	<u>177.166</u>

Lucro do período

(ii) Incorporação de controlada - Biagro: Em 02 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Bayer S.A. aprovou a incorporação da controlada Biagro, o acervo líquido da incorporada foi avaliado pelo critério contábil no montante de R\$ 3.843, de acordo com o protocolo de justificativa da incorporação, datado de 31 de dezembro de 2016. Abaixo segue o acervo contábil líquido utilizado para fins de incorporação:

Ativo circulante

Caixa	131
Clientes	1.506
Contas a receber	151
Estoque	1.589

Ativo não circulante

Imobilizado	2.151
Contas a Receber	8
	<u>5.336</u>

Passivo circulante

Fornecedores	26
Sociedade Ligada	1.259
Impostos e Contribuições	158
Contas a Pagar	99

Passivo não circulante

Parcelamentos Fiscais	143
Outras Provisões	8

Passivo não circulante

Capital Social	5.000
Lucros (Prejuízos acumulados)	(3.797)
	<u>1.203</u>
	<u>2.640</u>
	<u>5.336</u>

Lucro do período

(b) Informações sobre investimentos: Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia

	Quotas de capital		Participação da companhia - %		Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
	Ordinárias	de capital	No capital integralizado	No capital votante		
Em 31 de dezembro de 2015						
Bayer Distribuidora Ltda.	-	999.999	-	100	718	(85)
Campo Limpo Reciclagem						
Transformação de Plásticos S.A.	198.503	-	19,85	-	18.413	6.282
Farmaco Ltda.	-	122.460	99,99	-	155	(34)
Biagro do Brasil Ltda.	-	4.999.999	99,99	-	267	475
Em 31 de dezembro de 2016						
Bayer Distribuidora Ltda.	-	999.999	-	100	481	(189)
Campo Limpo Reciclagem						
Transformação de Plásticos S.A.	198.503	-	19,85	-	19.213	6.738
Farmaco Ltda.	-	122.460	99,99	-	118	(38)
Biagro do Brasil Ltda.	-	5.000.000	100,00	-	3.843	2.640
Nunhems do Brasil Comércio Sementes Ltda.	-	8.712.430	100,00	-	10.720	2.007

(c) Movimentação dos investimentos:

	Bayer Reciclagem		Campo Limpo Transformação Farmaco		Biagro	Nunhems	Total
	Ltda.	Plásticos S.A.	Ltda.	Medrad			
Em 31 de dezembro de 2014	794	1.998	188	12.607	6.972	-	22.559
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(12.607)	-	-	(12.607)
Equivalência patrimonial	(76)	1.657	(33)	-	(6.705)	-	(5.157)
Em 31 de dezembro de 2015	718	3.655	155	-	267	-	4.795
Aquisição	-	-	-	-	-	8.712	-
Mais Valia	-	-	-	-	-	4.088	-
Equivalência patrimonial	(237)	160	(38)	-	3.576	2.007	5.468
Em 31 de dezembro de 2016	481	3.815	117	-	3.843	14.807	23.063

(d) Empresas controladas: Atualmente, das cinco empresas investidas acima apresentadas, quatro (Farmaco Ltda., Bayer Distribuidora Ltda., Biagro do Brasil Ltda. e Nunhems do Brasil Comércio de Sementes Ltda.) são integralmente controladas pela Bayer S.A., onde a Bayer exerce poder de decisão com direta influência nos retornos. As empresas Farmaco e Bayer Distribuidora não possuíram nenhuma operação nos exercícios de 2015 e 2016. E na mesma tendência, não há previsão de operação para exercícios seguintes. São consideradas, portanto, "empresas dormentes" e por este motivo não representam qualquer risco à Bayer S.A. A empresa Campo Limpo Reciclagem Transformação Plásticos S.A. é derivada da união de investimentos de um conglomerado de empresas do segmento agroquímico. Tem por principal atividade econômica a reciclagem e transformação de embalagens plásticas. A Bayer S.A. não exerce poder absoluto sobre esta empresa, tão pouco detém qualquer direito preferencial de voto. Nenhuma das empresas investidoras no Campo Limpo possui o poder individual necessário para influir em decisões e resultados que possam beneficiá-las de forma exclusiva. A empresa Biagro do Brasil Ltda., é integralmente controlada pela Bayer S.A., onde a Bayer exerce poder de decisão com direta influência nos retornos. Tem por principal atividade a produção de defensivos agrícolas naturais. Suas operações em vendas representam menos de 0,006% das operações da Bayer S.A. A empresa Nunhems do Brasil Comércio de Sementes Ltda., é integralmente controlada pela Bayer S.A., onde a Bayer exerce poder de decisão com direta influência nos retornos. Tem por principal atividade a comercialização atacadista de sementes híbridas. Suas operações em vendas representam menos de 0,005% das operações da Bayer S.A. Nesse contexto, a administração concluiu que os efeitos da não consolidação das empresas citadas acima não impactam de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia, desta forma, optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

10. Imobilizado:

	Construções e benfeitorias em terrenos		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Equipamentos de informática		Veículos		Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
	Terrenos	em terrenos	em equipamentos	em utensílios	em informática	em veículos	em operação	em andamento					
Saldos em 01 de janeiro de 2015	40.081	144.493	217.245	18.629	4.501	67.393	492.342	149.353	641.695				
Aquisição	-	10.537	18.477	2.240	2.502	30.342	64.098	75.862	139.960				
Alienação e baixas	-	(3.917)	(5.322)	(398)	(67)	(10.939)	(20.643)	-	(20.643)				
Transferências	2.701	33.320	52.657	2.422	4.673	8.951	104.724	(104.724)	-				
Depreciação	-	(20.085)	(94.800)	(3.204)	(6.517)	(25.102)	(149.708)	-	(149.708)				
Adoção da Lei 11.638/04	-	-	-	(1.390)	6.956	14.184	19.750	-	19.750				
Provisão desinvestimento fábrica Belford Roxo	-	(11.812)	-	-	-	-	(11.812)	-	(11.812)				
Provisão desinvestimento fábrica AH	-	(1.890)	-	-	-	-	(1.890)	-	(1.890)				
Incorporação Medrad	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Aquisição	-	-	934	367	433	-	1.734	-	1.734				
Depreciação acumulada	-	-	(767)	(240)	(379)	-	(1.386)	-	(1.386)				
Cisão BMS	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Baixa Aquisição	-	-	(243)	(676)	(269)	(1.949)	(3.137)	-	(3.137)				
Baixa Depreciação	-	-	164	542	177	999	1.882	-	1.882				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	42.782	150.646	188.345	18.292	12.010	83.879	495.954	120.491	616.445				
Custo total	49.010	303.669	741.692	46.008	47.523	143.070	1.330.972	120.491	1.451.463				
Depreciação acumulada(6.228)	(153.023)	(553.347)	(27.716)	(35.513)	(59.191)	(835.018)	-	-	(835.018)				
Valor residual	42.782	150.646	188.345	18.292	12.010	83.879	495.954	120.491	616.445				
Vida útil do imobilizado em anos	12 a 30	5 a 20	10 a 12	3 a 10	5 a 12								

10. Imobilizado:

	Construções e benfeitorias em terrenos		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Equipamentos de informática		Veículos		Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
	Terrenos	em terrenos	em equipamentos	em utensílios	em informática	em veículos	em operação	em andamento					
Saldos em 01 de janeiro de 2016	42.782	150.646	188.345	18.292	12.010	83.879	495.954	120.491	616.445				
Aquisição	782	26.575	16.682	1.460	7.331	34.973	87.803	100.256	188.059				
Alienação e baixas	(621)	(62)	(552)	(177)	(900)	(10.247)	(12.559)	-	(12.559)				
Transferências	-	30.810	16.929	2.404	9.236	4.013	63.392	(63.392)	-				
Depreciação	-	(12.416)	(31.392)	(3.694)	(6.346)	(23.391)	(77.239)	-	(77.239)				
Reversão Provisão Desinvestimento BMS	-	11.812	-	-	-	-	11.812	-	11.812				
Provisão desinvestimento fábrica AH	-	1.756	(1.690)	(145)	-	-	(79)	-	(79)				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	42.943	209.121	188.322	18.140	21.331	89.227	569.084	157.355	726.439				
Custo total	49.171	353.072	758.983	47.350	57.736	139.429	1.405.741	157.355	1.563.096				
Depreciação acumulada(6.228)	(143.951)	(570.661)	(29.210)	(36.405)	(50.202)	(836.657)	-	-	(836.657)				
Valor residual	42.943	209.121	188.322	18.140	21.331	89.227	569.084	157.355	726.439				
Vida útil do imobilizado em anos	12 a 30	5 a 20	10 a 12	3 a 10	5 a 12								

(*)As obras em andamento registradas referem-se a adições na divisão Crop Protection, principalmente investimentos em quatro novas Estações de Pesquisa e Tratamento de Sementes (soja) na região de Sinop/MT, Rio Verde/GO, Porto Nacional/TO e Paraná/PR. Aquisições de estruturas e maquinários para o desenvolvimento de áreas para produção de sementes de alto valor agregado como soja, além de investimentos no site Socorro em benfeitorias e móveis para modernização dos prédios administrativos proporcionando maior conforto a seus colaboradores.

11. Intangível: Marcas, patentes e processos Software Goodwill Projetos em Andamento Total

	Marcas, patentes e processos		Software		Goodwill		Projetos em Andamento		Total
	11.2.267	7.175	93.532	3.688	216.662	216.662	216.662		
Saldos em 01 de janeiro de 2015	112.267	7.175	93.532	3.688	216.662	216.662	216.662	216.662	216.662
Aquisição	27.883	4.284	7.267	236	39.670	39.670	39.670	39.670	39.670
Alienação e baixas	(13.509)	-	-	-	(13.509)	(13.509)	(13.509)	(13.509)	(13.509)
Transferências	-	569	-	(569)	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(3.590)	-	(16.988)	(16.988)	(16.988)	(16.988)	(16.988)
Incorporação Medrad	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	-	98	-	-	98	98	98	98	98
Depreciação Acumulada	-	(98)	-	-	(98)	(98)	(98)	(98)	(98)
Cisão BMS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	-	(555)	-	-	(555)	(555)	(555)	(555)	(555)
Depreciação Acumulada	-	555	-	-	555	555	555	555	555
Saldos em 31 de dezembro de 2015	113.243	8.438	100.799	3.355	225.835	225.835	225.835	225.835	225.835
Custo total	152.589	46.364	167.061	3.355	369.369	369.369	369.369	369.369	369.369
Amortização acumulada	(39.346)	(37.926)	(66.262)	-	(143.534)	(143.534)	(143.534)	(143.534)	(143.534)
Valor residual	113.243	8.438	100.799	3.355	225.835	225.835	225.835	225.835	225.835
Vida útil do intangível em anos	máximo 20	3 a 4							
Saldos em 01 de janeiro de 2016	113.243	8.438	100.799	3.355	225.835	225.835	225.835	225.835	225.835
Aquisição	3.373	2.470	-	3.439	9.282	9.282	9.282	9.282	9.282
Alienação e baixas	(364)	(38)	-	-	(402)	(402)	(402)	(402)	(402)
Transferências	-	1.855	-	(1.855)	-	-	-	-	-
Amortização	(15.976)	(4.127)	-	-	(20.103)	(20.103)	(20.103)	(20.103)	(20.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.276	8.598	100.799	4.939	214.612	214.612	214.612	214.612	214.612
Custo total	144.692	47.088	167.261	4.939	363.980	363.980	363.980	363.980	363.980
Am									

—☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Contratos futuros:** Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger importações de matéria-prima.

(b) **Contratos de opções:** São contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia em virtude da flutuação dos preços dos mercados mundiais para os seus produtos e/ou insumos.

(c) **Contratos de swap:** São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o real.

23.1 Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:

(a) **Futuros:** São avaliados pelo valor presente da diferença entre o valor estimado do ativo para a data do vencimento, obtido pela interpolação de dados de mercado informados por aquele mercado na data-base, e o valor de referência do contrato no vencimento (*strike price*).

(b) **Opções:** A precificação é efetuada por meio do modelo Black & Scholes, que considera a volatilidade e o preço do ativo-objeto, o preço do exercício da opção, a taxa de juros e o período até o vencimento.

(c) **Swaps:** São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador, foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

23.2 Cédula do Produtor Rural e venda futura de contratos contendo produtos agrícolas: A Cédula do Produtor Rural (CPR) é um certificado emitido pelo produtor rural registrado em cartório permitindo a este comercializar uma parcela de sua produção antes do início do plantio. Avaliado como um instrumento de baixo risco de crédito e de liquidez e em determinados casos, a administração da Companhia tem adotado o procedimento de troca de insumos agrícolas por CPRs emitidas por produtores rurais tendo como base uma relação de equivalência de valores entre insumos agrícolas e quantidade, e data de entrega dos produtos agrícolas pelos produtores rurais. Para proteger-se do risco de flutuação dos produtos agrícolas que estão garantidos por cédulas do produtor rural, a administração da Companhia negocia contratos de venda futura com empresas comerciais exportadoras (*traders*) onde são contratualmente definidas as quantidades, qualidade, datas de entrega e preço dos produtos agrícolas. A posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referente a transações com CPRs e os correspondentes contratos de produtos agrícolas já comprometidos estão resumidos conforme demonstrado a seguir:

	Valor das CPRs	
	2016	2015
Algodão	240.428	140.800
Café	49.020	47.753
Milho	5.525	13.957
Soja	234.441	271.237
Açúcar	4.437	—
	<u>533.851</u>	<u>473.747</u>
	<u>14.040</u>	<u>(9.030)</u>
	<u>547.891</u>	<u>464.717</u>

Instrumentos financeiros derivativos - opções

23.3 Hedge de fluxo de caixa: A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". No exercício de 2016 a Companhia utilizou o conceito contábil de "Hedge Accounting", para operações de derivativos contratadas com o objetivo de proteger o risco de variação nos fluxos de caixa futuros decorrentes das variações nas taxas de câmbio. O valor justo deste "hedge de fluxo de caixa" é reconhecido no Patrimônio Líquido.

Tipo	Valor de referência (nacional)		Valor justo reconhecido no Patrimônio Líquido	
	2016	2015	2016	2015
NDF - Non Deliverable Forwards	765.372	979.225	27.554	(166.323)

No exercício de 2015, conforme a política de hedge da Companhia, durante os testes de efetividade executados periodicamente contactou-se a efetividade do Hedge, sendo assim, não tivemos efeito no resultado.

23.4 Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o exercício 2016, levando em consideração a data de vencimento de cada uma das suas obrigações e direitos, são sua exposição à flutuação do dólar norte-americano frente ao Real e sua exposição à flutuação nos preços das principais commodities agrícolas, substancialmente a soja e o milho. As exposições em outras moedas, tais como o Euro e Libra Esterlina, foram consideradas como irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros. Para efeito desta análise a Companhia entende que o cenário adequado para as cotações do dólar norte-americano é seguir as taxas presentes nos contratos de dólar futuro negociados na BM&F, com data base de 31/12/2016, respeitando assim o vencimento de cada instrumento financeiro. Já para as commodities agrícolas, foi considerada uma variação média de 10% nos preços de referência destes instrumentos

Tipo	Valor Referencial em USD	Fator de Risco	Cenário - Impactos no Valor Justo		
			Provável	Possível	Extremo
Risco Cambial					
Não Derivativos					
Contas a Receber	464.207	Queda do USD	42.161	(403.134)	(781.359)
Barter (Resultado Operacional)	9.641	Queda do USD	921	(8.185)	(16.040)
Exportação (Resultado Financeiro)	24.105	Queda do USD	(1.667)	(21.561)	(41.202)
Vendas Indexadas (Resultado Operacional)	430.461	Queda do USD	42.907	(373.388)	(724.117)
Fornecedores (Resultado Financeiro)	(160.138)	Alta do USD	2.179	(1.254.181)	(255.894)
Empréstimos (Resultado Financeiro)	(179.462)	Alta do USD	404	(127.103)	(273.324)
Derivativos					
NDF - Ativos em USD (Resultado Operacional)	(466.400)	Alta do USD	52.331	(254.932)	(634.943)
NDF - Passivos em USD (Resultado Financeiro)	320.615	Queda do USD	(54.697)	(337.099)	(598.328)
NDF - Ativos em USD (Patrimônio Líquido - Hedge Accounting)	(210.000)	Alta do USD	30.702	(90.142)	(261.244)

Tipo	Valor Referencial em USD	Fator de Risco	Cenário - Impactos no Valor Justo		
			Provável	Possível	Extremo
Risco de variação de preço Commodities					
Não Derivativos					
Operações de Barter (Resultado Operacional)	130.189	Queda do preço	13.872	(96.301)	(206.474)
Derivativos					
Futuros e Swaps (Resultado Operacional)	(146.301)	Alta do preço	(1.374)	(38.293)	(75.212)
Opções (Resultado Operacional)	(8.033)	Alta do preço	(532)	(532)	(532)

Diretoria	
Martin Gellert - Chief Financial Officer	Theo Van Der Loo - Presidente

Aos Administradores e Acionistas **Bayer S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Bayer S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bayer S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

24. Instrumentos financeiros por categoria:

31 de dezembro de 2016	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Derivativos usados para hedge		Total
	Empréstimos e recebíveis				
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	79.299	—	79.299
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	7.215.182	547.891	—	—	7.763.073
Aplicação financeira vinculada	—	—	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa	119.343	—	—	—	119.343
	<u>7.334.525</u>	<u>547.891</u>	<u>79.299</u>	<u>7.961.715</u>	

31 de dezembro de 2015	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Derivativos usados para hedge		Total
	Empréstimos e recebíveis				
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	121.410	—	121.410
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	7.710.759	464.276	—	—	8.175.035
Aplicação financeira vinculada	—	—	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa	94.095	—	—	—	94.095
	<u>7.804.854</u>	<u>464.276</u>	<u>121.410</u>	<u>8.390.540</u>	

31 de dezembro de 2016	Passivo, conforme o balanço patrimonial		Derivativos usados para hedge		Total
	Empréstimos				
Empréstimos	6.504.483	—	—	—	6.504.483
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	61.676	—	61.676
Salários e encargos sociais	300.371	—	—	—	300.371
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	964.849	—	—	—	964.849
	<u>7.769.703</u>	<u>61.676</u>	<u>7.831.379</u>		

31 de dezembro de 2015	Passivo, conforme o balanço patrimonial		Derivativos usados para hedge		Total
	Empréstimos				
Empréstimos	5.510.127	—	—	—	5.510.127
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	276.402	—	276.402
Salários e encargos sociais	341.370	—	—	—	341.370
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	1.202.190	—	—	—	1.202.190
	<u>7.053.687</u>	<u>276.402</u>	<u>7.330.089</u>		

25. Despesas por natureza:	2016		2015	
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	1.203.707	(115.897)		
Materias-primas- materiais para revenda- materiais de embalagens e industrialização	(6.357.796)	(5.403.110)		
Custos Fixos	(65.057)	(94.334)		
Despesas com pessoal	(1.234.444)	(1.207.064)		
Despesas com brindes, propaganda e marketing	(611.822)	(348.704)		
Despesas com fretes	(187.471)	(193.524)		
Despesas com serviços	(198.288)	(193.621)		
Despesas com viagens e veículos	(41.767)	(49.675)		
Encargos de depreciação e amortização	(97.342)	(166.697)		
Despesas com manutenção	(32.268)	(50.077)		
Despesas com contribuições, impostos e taxas	(81.374)	(88.044)		
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	(351)	(187)		
Despesas Gerais	(237.406)	(558.494)		
Outras (despesas) receitas operacionais	261.760	(72.976)		
Despesas com seguros	(21.436)	(32.523)		
Total das despesas por natureza	(7.701.355)	(8.578.927)		

26. Outras receitas e despesas operacionais:	2016		2015	
Derivativos Embutidos e Hedges	356.616	(69.823)		
Despesas Operacionais	(152.855)	(124.186)		
Receitas Operacionais	48.535	106.698		
Ganho e Perda Venda Imobilizado e Intangível	35.054	25.491		
Despesas com Provisões	(25.590)	(11.156)		
Total outras receitas (despesas) operacionais	261.760	(72.976)		

27. Garantias: Existem garantias prestadas pela Companhia a terceiros, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:

Tipo da Garantia	2016		2015	
Crédito Rural	138.445	—		
Vendas / Barter	2.631	5.401		
Carta de fiança/Seguro Garantia	14.934	17.273		
Processos judiciais diversos	30.354	59.021		
Processos judiciais diversos	4.269	4.088		
Fornecimento de energia	190.633	85.783		

28. Cobertura de seguros: A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, cobertura de seguros contra riscos operacionais, estoques, bens do ativo permanente, lucros cessantes, entre outros no valor R\$ 3.346 (2015 - R\$ 2.924).

29. Arrendamento mercantil: O grupo é composto por contratos de direito de uso de superfície de áreas agrícolas, com prazos de duração entre 10 a 20 anos, utilizadas basicamente para fomento de pesquisa e desenvolvimento.

Mais de cinco anos	2016		2015	
	8.634	9.140		
	8.634	9.140		

30. Eventos subsequentes: Incorporação da empresa investida Biagro do Brasil Ltda.: Em 01º de janeiro de 2017, a entidade conduziu a incorporação da Companhia investida Biagro do Brasil, pelo respectivo valor patrimonial contábil do Balanço levantado em 31.12.2016, passando as atividades da então investidas a ser pela Bayer S.A. na divisão de sementes e vegetais. Adicionalmente, constam no plano da Companhia a incorporação de uma de sua investidas, a empresa Nunhems do Brasil Comércio de Sementes Ltda. A expectativa para realização desta operação é 01 de Abril de 2017. Até data da elaboração deste relatório, o projeto encontrava-se em andamento. Em meados de Março de 2017, a empresa identificou determinados contratos de incentivos de vendas e acordos comerciais para divisão de consumo (Consumer Health) que possuíam obrigações contratuais vinculados e que não se encontravam devidamente contabilizadas. A administração decidiu, portanto, reconhecer imediatamente tais passivos nos livros da companhia através de provisões no montante de R\$ 34 milhões de reais, sendo que das quais, R\$22 milhões e seiscentos mil correspondiam ao exercício de 2016.

Contador	
Paulo Ricardo Brehmer Serem - Contador CRC nº 1SP 244.234/O-1	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2017

pwc	Geovani da Silveira Fagunde
PricewaterhouseCoopers	Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" SP
Auditores Independentes	
CRC 2SP000160/O-5	

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO